Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro

REVISÃO DE VÉSPERA

Rio PREFEITURA | PROCURADORIA GERAL DO MUNÍCIPIO

Clique aqui para conhecer o material completo

Seja muito bem-vindo!

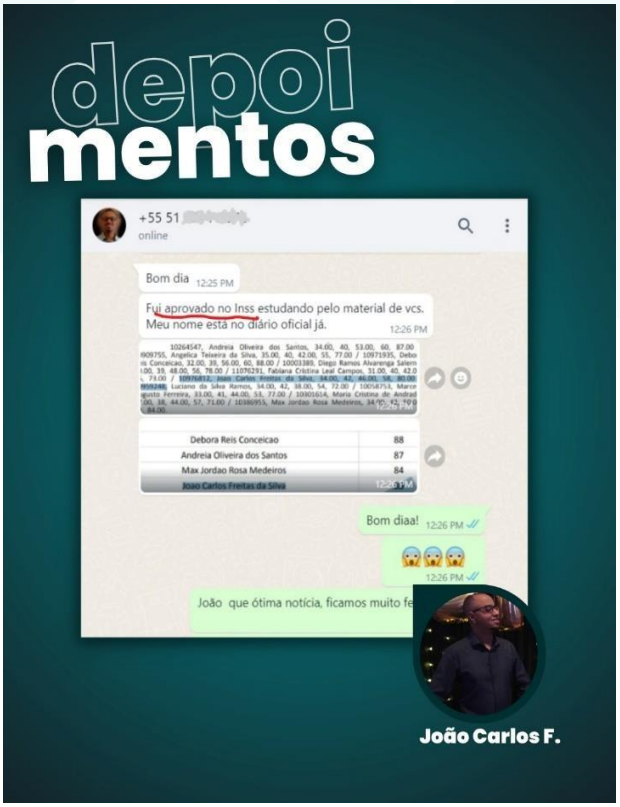
Olá, futuro aprovado no concurso de **Procuradoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro!**

Você acaba de baixar a **amostra** do **Revisão de Véspera** para o concurso do PGM RJ.

O Revisão de Véspera foi pensado para te entregar exatamente o que importa para você na reta final do PGM RJ. Ele reúne os principais pontos do conteúdo, com base em uma análise estatística dos temas com maior probabilidade de cobrança na sua prova.

Tudo isso para que, na véspera do grande dia, você faça uma revisão assertiva, objetiva e estratégica, focando no que realmente pode te garantir pontos.

Mas antes veja só o depoimento de um dos nossos alunos que foi aprovado recentemente no tão disputado concurso do INSS:



Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte: suporte@cadernomapeado.com.br e WhatsApp.

Clique aqui para conhecer o material completo

Clique aqui para ter acesso ao material completo

Bons Estudos!

Rumo à aprovação!!

LÍNGUA PORTUGUESA

Elementos de construção do texto e seu sentido

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

> 1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna.

2) Considerações Iniciais

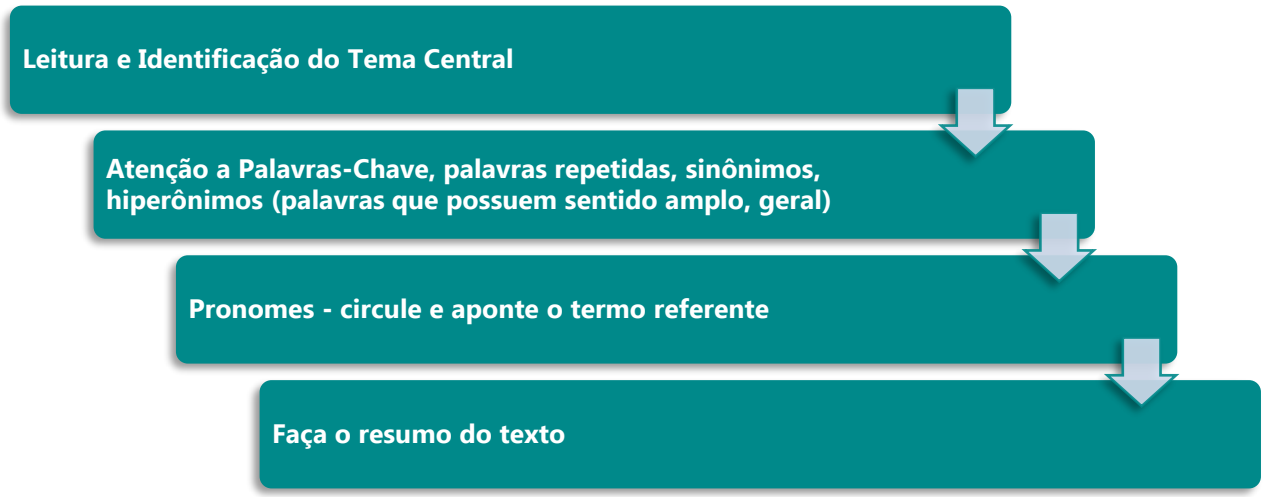
A **compreensão** de um texto é a decodificação da mensagem apresentada, ou seja, é a análise **objetiva** do que está no **explícito** no texto. O contexto em que um texto é produzido pode influenciar significativamente a interpretação. Entender o contexto ajuda a captar melhor a intenção do autor.

3) Interpretação Textual

A **interpretação** de textos compreende a capacidade de chegar a determinadas **conclusões**, por meio da conexão de ideias, após realizar a leitura de algum tipo de texto (visual, auditivo, escrito, oral), de forma a ir **além do texto** propriamente dito. Neste sentido, a interpretação de texto é algo **subjetivo** e que pode variar de leitor para leitor.

A interpretação de texto é uma habilidade essencial para diversos concursos públicos, pois muitas vezes as questões envolvem a compreensão e análise de informações presentes em textos. Vamos te proporcionar algumas **dicas de leitura** importantes para você conseguir identificar e garantir a resposta correta:

Clique aqui para conhecer o material completo



3.1) Semântica

A **semântica** é um campo de estudo da linguística que se ocupa do **significado** das palavras, frases, expressões e textos. Ela explora como as palavras e as estruturas linguísticas transmitem significado, tanto individualmente quanto em contextos mais amplos.

No âmbito da semântica, existem **conceitos** que estabelecem conexões entre a utilização e a estrutura do significado em **contextos específicos**, além de abordar alguns **fenômenos gramaticais** relacionados ao significado na linguagem. Vamos aprofundar nosso entendimento desses conceitos a seguir:

→ **Sinonímia:** refere-se à relação entre palavras que têm significados semelhantes ou idênticos.

🔎 Ex.: Casa e lar são sinônimos, pois ambos representam o mesmo conceito de residência.

→ **Antonímia**: envolve a relação entre palavras que têm significados opostos.

🔎 Ex.: Rápido e lento são antônimos, já que expressam conceitos contrários de velocidade.

→ **Hiponímia:** ocorre quando uma palavra representa um conceito mais específico em relação a outra.

🔎 Ex.: Rosa é um hipônimo de flor, pois se refere a uma categoria mais específica dentro do grupo mais amplo.

→ **Hiperonímia:** refere-se à relação entre uma palavra mais abrangente e outra mais específica.

🔎 Ex.: Animal é um hiperônimo de cachorro, pois abrange uma categoria mais ampla que inclui várias espécies.

→ **Paronímia:** envolve palavras que têm grafias ou pronúncias semelhantes, mas significados diferentes.

🔎 Ex.: Emigrar e Imigrar são parônimos, embora tenham significados opostos; o primeiro refere-se a sair de um país, enquanto o segundo refere-se a entrar em um país.

RACIOCÍNIO LÓGICO

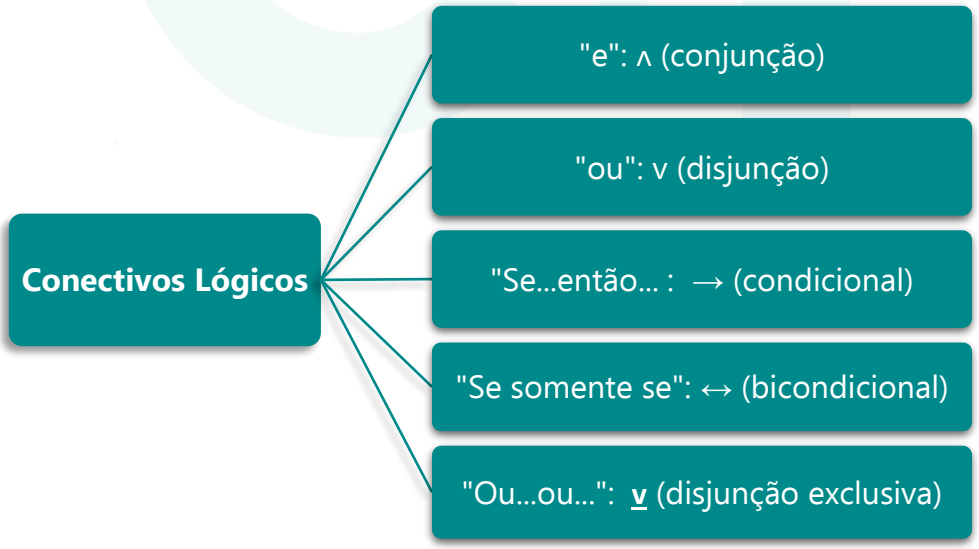
Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.

2) Simbologia



3) Proposições

São sentenças declarativas, bem definidas, que podem ser julgadas em verdadeiras (V) ou falsas (F).

🔎 **Exemplos de uso de proposição e conectivos:**

p: João é mineiro.

q: Márcio não é careca.

r: A vaca voa.

s: 2 + 3 = 10

t: Juca não é forte.

Resoluções:

A: João é mineiro ou Márcio não é careca

A: p v q

B: A vaca voa e 2 + 3 = 10

B: r ∧ s

C: Juca não é forte se somente se João é mineiro

C: t ↔ p

D: Ou Márcio não é careca, ou Juca não é forte

D: q v t

E: Se a vaca voa, então 2 + 3 = 10

r → s

Não são proposições:	
Frases interrogativas	Você gosta de futebol?

Frases exclamativas	Ela tem certeza!
Frases imperativas	Vai embora!
Frases sem verbo	Ah, campo! A frescura no ar límpido.
Sentenças abertas	Ele é médico (Ele quem?)
Paradoxos	Esta frase é falsa (com valor Verdadeiro)

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Arquivos digitais

1) Introdução

Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

> 1. Arquivos digitais: principais padrões e características de documentos, planilhas, imagens, áudios e vídeos.

Os arquivos digitais estão presentes de maneira constante e fundamental no cotidiano dos ambientes organizacionais, administrativos e institucionais. Com o avanço da tecnologia e da informatização, o domínio sobre os tipos de arquivos, suas extensões, características técnicas e usos adequados tornou-se uma exigência essencial para diversos cargos da administração pública. Esse tema, frequentemente cobrado em provas de concursos públicos, integra a base de conhecimentos exigida daqueles que atuarão em ambientes informatizados, sejam eles voltados à gestão, ao suporte técnico ou à análise de dados.

Compreender os padrões e características dos arquivos digitais permite não apenas o uso eficiente das ferramentas tecnológicas, mas também o correto manuseio de documentos oficiais, planilhas de controle, arquivos de imagem para relatórios ilustrativos, áudios de gravações institucionais e vídeos instrutivos. Além disso, saber identificar e classificar esses arquivos é crucial para garantir a integridade, acessibilidade e segurança das informações públicas.

Neste capítulo, vamos estudar de forma detalhada os principais formatos e características dos arquivos digitais mais comuns, com ênfase nos tipos que costumam aparecer em editais de

concursos públicos e em práticas do serviço público. Utilizaremos exemplos contextualizados, tabelas comparativas e explicações claras para facilitar a compreensão e fixação do conteúdo.

1.1) Arquivos De Documentos Digitais

Os **arquivos de documentos** representam o tipo mais comum de conteúdo textual utilizado em ambientes organizacionais e administrativos. Esses arquivos armazenam textos simples ou complexos, podendo conter imagens, tabelas, gráficos, marcações estruturais e até mesmo elementos multimídia incorporados. No serviço público, são amplamente utilizados para a elaboração de relatórios, ofícios, memorandos, portarias, instruções normativas, petições e outros documentos oficiais.

1.2) Principais Formatos de Arquivos de Documentos:

Abaixo, apresentamos os principais formatos de arquivos utilizados para armazenamento de documentos digitais, com suas respectivas extensões, características e aplicações:

Formato	Extensão	Descrição	Vantagens	Desvantagens
DOC / DOCX	.doc, .docx	Formatos nativos do Microsoft Word. Armazenam textos com formatação avançada, imagens, tabelas etc.	Alta compatibilidade com ambientes Microsoft. Permite edição rica.	Requer software compatível. .docx é mais seguro e leve que .doc.
PDF	.pdf	Formato de Documento Portátil (Portable Document Format). Preserva a formatação original.	Ideal para compartilhamento e leitura universal. Não permite edição simples.	Alterações exigem programas específicos. Pode ter tamanho elevado com imagens.
ODT	.odt	Formato de texto do LibreOffice/OpenOffice. Aberto e gratuito.	Compatível com softwares livres. Aberto e padronizado.	Pode apresentar incompatibilidades com Word em arquivos mais complexos.

Formato	Extensão	Descrição	Vantagens	Desvantagens
TXT	.txt	Arquivo de texto simples, sem formatação.	Leve e compatível com qualquer sistema. Útil para logs, scripts e registros simples.	Não permite formatação. Pouco usado para documentos formais.
RTF	.rtf	Rich Text Format. Suporta alguma formatação e é multiplataforma.	Editável em vários programas. Mais leve que .doc.	Obsoleto em muitos sistemas. Suporte reduzido a elementos complexos.

Comentários Relevantes:

PDF é o formato preferido para envio de documentos oficiais por e-mail, publicações em portais de transparência e armazenamento em sistemas de protocolo digital. Seu uso garante que o conteúdo seja visualizado exatamente da forma como foi produzido.

DOCX ainda é amplamente utilizado para produção de documentos que exigem colaboração, revisão e edição simultânea, especialmente em ambientes que usam o Microsoft Office.

Arquivos ODT vêm ganhando espaço no setor público devido ao incentivo ao uso de software livre, especialmente em órgãos que adotam o **LibreOffice** como suíte padrão.

Esquema: Comparativo entre DOCX e PDF.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Modelos de Gestão Pública

1) Introdução

A evolução da administração pública no Brasil e no mundo revela transformações profundas no papel do Estado, nas suas estruturas administrativas e na relação com a sociedade. Essa trajetória passa do modelo racional-legal weberiano para uma perspectiva pós-burocrática, alinhada às demandas por eficiência, participação social e inovação.

2) Considerações Iniciais

A Administração Pública no Brasil passou por três grandes **fases históricas**: **Patrimonialista**, **Burocrática** e **Gerencial**. Cada fase trouxe mudanças na forma como o Estado se organiza, toma decisões e entrega serviços à sociedade. Entender essa evolução é fundamental para compreender a lógica das reformas administrativas e o atual modelo adotado no setor público.

3) Das fases históricas da Administração Pública no Brasil

3.1) Patrimonialista

A administração patrimonialista foi o **primeiro modelo** de organização do Estado adotado no Brasil e em boa parte do mundo. Predominou até o início do século XX, especialmente durante o período imperial e os primeiros anos da República. Esse modelo tem como principal característica a ausência de **separação** entre o que é **público** e o que é **privado**. Ou seja, os recursos, bens e cargos públicos eram tratados como se fossem propriedade do governante ou da elite política dominante.

Nesse contexto, o Estado era visto como uma extensão da casa do governante — daí o termo "patrimonialismo", derivado de "patrimônio". Os ocupantes do poder utilizavam os bens públicos em benefício próprio, como se fossem donos deles. Isso gerava uma administração marcada por nepotismo, clientelismo e favorecimento político, sem qualquer preocupação com critérios técnicos ou meritocráticos.

Um exemplo clássico desse período é o que se costumava chamar de *"política dos coronéis".* Nas cidades do interior, coronéis (grandes latifundiários) exerciam poder absoluto sobre a política local e indicavam parentes ou aliados para ocupar cargos públicos, independentemente da qualificação técnica. Era comum que esses indicados não tivessem qualquer preparo para exercer as funções, o que gerava ineficiência, desperdício de recursos e corrupção.

Outro exemplo é o uso da máquina pública para recompensar apoiadores políticos, o que ficou conhecido como *"sistema de apadrinhamento".* O governante, ao assumir um cargo, demitia os antigos servidores e nomeava seus próprios apoiadores, mantendo o controle político e perpetuando a lógica de troca de favores.

Esse modelo também gerava um grande **distanciamento** entre o Estado e a população. Como não havia preocupação com a prestação de serviços de qualidade, o atendimento às necessidades sociais ficava em segundo plano. O foco era manter o poder e os privilégios da elite política.

A administração patrimonialista, portanto, é marcada por uma lógica de poder pessoal, em que o interesse público se subordina ao interesse privado. Esse cenário só começou a mudar com o surgimento da administração burocrática, que trouxe a necessidade de profissionalização e impessoalidade na gestão pública — tema que trataremos na próxima parte.

3.2) Burocrática

A administração burocrática surge como uma resposta direta às falhas do modelo patrimonialista. No Brasil, ela começa a ganhar força especialmente a partir da década de 1930, com a Era Vargas, mas sua inspiração teórica vem do sociólogo alemão Max Weber, que propôs um modelo de burocracia baseado na racionalidade, legalidade e impessoalidade.

Enquanto a administração patrimonialista tratava o Estado como uma extensão da casa do governante, a administração burocrática nasce com o objetivo de **separar** claramente o que é público do que é privado. A ideia central é criar um serviço público profissional, técnico e estável, regido por normas e procedimentos que garantam a legalidade e a igualdade no tratamento aos cidadãos.

Esse modelo traz avanços importantes para a gestão pública. Um dos principais é a criação do concurso público como porta de entrada para o serviço público, substituindo o antigo sistema de apadrinhamento. A lógica agora é selecionar servidores com base no **mérito**, ou seja, na capacidade técnica e no conhecimento demonstrado em provas.

Além disso, a administração burocrática valoriza o cumprimento de regras e rotinas formais. Os servidores devem agir dentro dos limites da lei, com base em regulamentos claros e processos padronizados. Isso garante maior previsibilidade nas ações do Estado, evita arbitrariedades e fortalece o princípio da impessoalidade — ou seja, as decisões são tomadas com base em critérios objetivos, e não por interesse pessoal.

Um exemplo clássico da administração burocrática é o modelo de funcionamento de órgãos como o INSS ou o DETRAN. Esses órgãos têm regras muito claras sobre o atendimento ao público, a tramitação de processos e os direitos dos cidadãos. Independentemente de quem esteja no balcão, o cidadão deve receber o mesmo tratamento. Esse tipo de padronização é fruto direto da lógica burocrática.

Por outro lado, esse modelo também apresenta limitações. O excesso de formalismo pode gerar lentidão, engessamento e pouca flexibilidade. Muitos processos se tornam burocráticos demais, exigindo várias etapas e documentos, mesmo quando seria possível adotar soluções mais ágeis. A famosa expressão *"ter que enfrentar a burocracia"* vem justamente dessa realidade.

Além disso, a ênfase no cumprimento das regras pode afastar o foco do resultado. Ou seja, o servidor se preocupa mais em seguir o procedimento corretamente do que em garantir que o cidadão tenha seu problema resolvido de forma eficaz.

Mesmo com essas limitações, a administração burocrática foi um avanço fundamental para o setor público, pois garantiu mais transparência, controle e legalidade. No entanto, diante das novas demandas da sociedade e da necessidade de melhorar a qualidade dos serviços, surgiu a proposta de um novo modelo: a administração gerencial — tema que vamos tratar na próxima parte.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Ética e Moral

1) Introdução

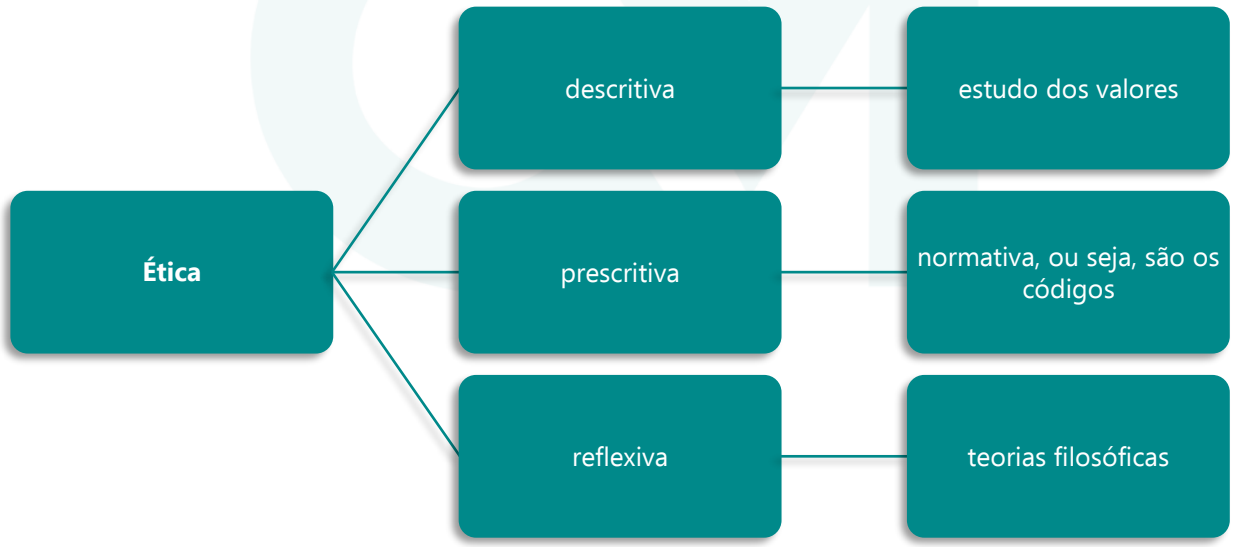
Iniciaremos os estudos sobre o tema de:

Ética e moral.

2) Conceitos Iniciais

Antes de entrarmos especificamente nos dispostos normativos, precisamos entender de forma irrefutável os conceitos de **ética x moral x princípio**. Ele será importante para todas as provas que cobram o conhecimento de ética no serviço público.

A ética é o **estudo** sobre o comportamento moral do ser humano dentro de sua sociedade e, formada com base em **ideias abstratas**.



3) Ética x Moral

Em sua origem, **ética** e **moral** eram consideradas intercambiáveis, uma vez que, gramaticalmente, a tradução do termo grego para o latim/romano permaneceu consistente com a conquista da Grécia pelo Império Romano. No entanto, é crucial destacar que, apesar dessa equivalência linguística inicial, são **conceitos distintos**.

Para melhor compreensão, vamos esquematizar:

	ORIGEM	SIGNIFICADO	OBJETO DE ESTUDO
Moral	Mos – latim	Costumes	Comportamento – prática / o ato
	Mores – romano		
Ética	Ethos – grego	Caráter	Estudo do comportamento – ciência

Portanto, o que podemos extrair do quadro acima é que a **ética** é o estudo da **moral**. Como vimos, a ética é o estudo do comportamento, já a **moral** é o conjunto de princípios e valores que orientam o comportamento humano.

Para Kant, a **moral** (objeto mutável pelo tempo e pela sociedade) designa o conjunto de princípios gerais, e a **ética** (universal/imutável, atrelada ao interesse da sociedade), sua aplicação concreta.

4) Conduta x Valores x Princípios

Outros termos de grande importância, que são recorrentes nas provas, mas pouco estudados são a **conduta**, os **valores** e os **princípios**. Ao estudar esses conceitos, você, concurseiro, terá uma base mais sólida para a reflexão ética e também desenvolver com maior facilidade as questões trazidas no seu edital, então, vamos lá!

A **conduta** é o comportamento observável de uma pessoa em determinada situação, na qual deverá obedecer a um **padrão ético** (boa-fé; honestidade), ligado à **manifestação do comportamento**. Este comportamento poderá ser bom ou mal, com base em valores morais ou códigos de ética.

Já os **valores** são as crenças fundamentais ou regras de condutas que uma pessoa ou sociedade considera importantes e pelos quais orienta suas ações e escolhas. Em outras palavras, os valores são ligados as normas que **corporificam** um ideal (perfeição), a **axiologia** é o estudo desses valores.

Por fim, os **princípios** são **diretrizes fundamentais** ou **regras de conduta** que uma pessoa ou grupo considera essenciais para orientar suas decisões e ações. Ou seja, são **ideias centrais** norteadoras, com a **finalidade de harmonizar** uma questão em si ou sentido das coisas.

TÍTULO I: DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I: Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º O Município do Rio de Janeiro é a expressão e o instrumento da soberania do povo carioca e de sua forma de manifestação individual, a cidadania.

Art. 2º Todo o **poder emana do povo**, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Lei Orgânica.

Art. 3º A **soberania popular** se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência, e será exercida:

I - pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto com valor igual para todos;

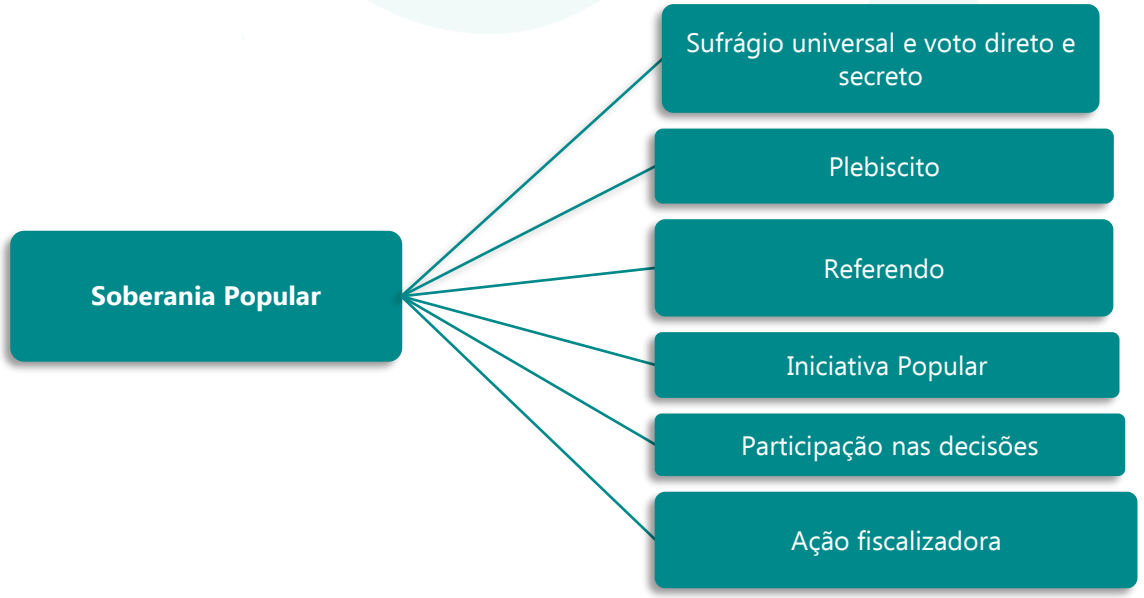
II - pelo plebiscito;

III - pelo referendo;

IV - pela iniciativa popular no processo legislativo;

V - pela participação nas decisões do Município;

VI - pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.



Art. 4º O Município promoverá os valores que fundamentam a existência e a organização do Estado brasileiro, resguardando a soberania da Nação e de seu povo, a **dignidade da pessoa humana**, o

caráter social do trabalho e da **livre iniciativa** e o **pluralismo**, visando à edificação de uma sociedade livre, justa e fraterna, isenta do arbítrio e de preconceitos de qualquer espécie e assentada no regime democrático.

LEI Nº 94, DE 14 DE MARÇO DE 1979

Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos do poder executivo do município do rio de janeiro e dá outras providências.

TÍTULO I

Capítulo Único: Disposições Preliminares

Art. 1º Esta lei estabelece o **regime jurídico dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro.**

Art. 2º **Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público municipal**.

TÍTULO II: DOS CARGOS E DA FUNÇÃO GRATIFICADA

Capítulo I: Dos Cargos

Art. 3º **Cargo é o conjunto autônomo de atribuições**, **deveres** e **responsabilidades** cometido a um funcionário identificando-se pelas características de criação na forma da lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Município.

§ 1º - Os cargos são de **provimento efetivo** e de **provimento em comissão**.

PROVIMENTO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO
Servidor aprovado em concurso público, que possui estabilidade após o período de estágio probatório.	Podem ser preenchidos sem concurso público, desde que respeitados os percentuais mínimos a serem preenchidos por servidores de carreira.

§ 2º - Os **cargos públicos** do Poder Executivo do Município são acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei e regulamento.

§ 3º É **vedado** atribuir ao funcionário funções diversas das próprias de seu cargo, ressalvados os casos de readaptação, sob pena de configurar desvio de função, nos termos do art. 190 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. (Redação dada pela Lei Complementar nº 276/2024)

§ 4º A atualização das atividades do **cargo ou emprego público** ocupado pelo funcionário, por meio de regulamento, não constitui desvio de função. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 276/2024)

§ 5º A simples lotação ou cessão de funcionário em entidade ou órgão distinto, exercendo atividades semelhantes às do seu cargo ou emprego de origem, não caracteriza desvio de função. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 276/2024)

§ 6º A percepção de parcela remuneratória ou indenizatória que tenha como pressuposto o exercício de atividades adicionais às do cargo ou emprego público, pelo funcionário, impede a caracterização do desvio de função. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 276/2024)

§ 7º Constitui **falta grave** para o chefe imediato, a permissão ou tolerância de desvio de função por funcionário sob sua subordinação. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 276/2024)

Capítulo II: Da Função Gratificada

Art. 4º Função Gratificada é o **encargo de chefia e assistência** intermediária atribuído ao funcionário do Município por cujo desempenho perceberá vantagem acessória.

§ 1º - Fica condicionado ao interesse e conveniência da Administração o exercício de função gratificada, mesmo nos casos em que a designação for precedida de seleção.

§ 2º - Compete à autoridade a que ficar subordinado o funcionário designado para a função gratificada dar-lhe exercício, no **prazo de 30 (trinta) dias**.

Art. 5º É **permitido** ao funcionário aposentado, mesmo compulsoriamente, exercer função gratificada, desde que seja julgado apto em inspeção de saúde.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, a retribuição percebida constituirá vantagem acessória ao provento.

Momento da Jurisprudência

STF – RE 589998 (Repercussão Geral): "A função gratificada é de confiança da Administração, não gerando direito à sua continuidade após cessação do interesse público."

TJRJ – Ap. Cív. 0003460-54.2014.8.19.0001: "O exercício de função gratificada exige que haja designação formal do servidor e está condicionado ao interesse exclusivo da Administração."

TÍTULO III: DO PROVIMENTO DOS CARGOS

Capítulo III: Disposições Preliminares

Art. 6º Os **cargos públicos são providos** por:

I- nomeação;

II- progressão funcional;

III- ascensão funcional;

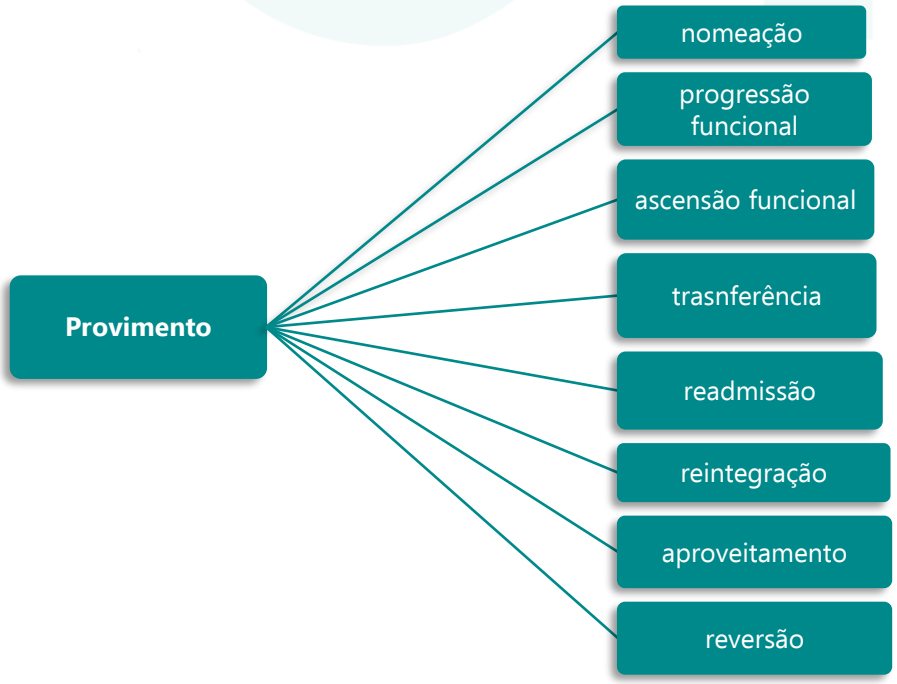
IV- transferência;

V- readmissão;

VI- reintegração

VII- aproveitamento;

VIII- reversão.



Art. 7º O **ato de provimento** deverá indicar a existência da vaga, com os elementos capazes de identificá-la.

Art. 8º Os **cargos vagos** da menor graduação, ou isolados, de qualquer categoria funcional serão providos:

a) **metade por concurso público** de provas ou de provas e títulos;

b) **metade por ascensão funcional** ou **transferência**.

§ 1º - Não havendo candidato habilitado na forma de uma das alíneas deste artigo, o provimento do cargo vago poderá ser feito na forma da outra alínea.

§ 2º - Não havendo candidato habilitado na forma deste artigo, o provimento do cargo vago poderá ser feito de outra forma prevista nesta lei.

§ 3º - Reservar-se-á para provimento por ascensão funcional ou transferência a primeira vaga ocorrida após o preenchimento total da classe, reiniciando-se o processo de distribuição de vagas segundo o disposto neste artigo.

Parabéns por ter chegado até aqui.

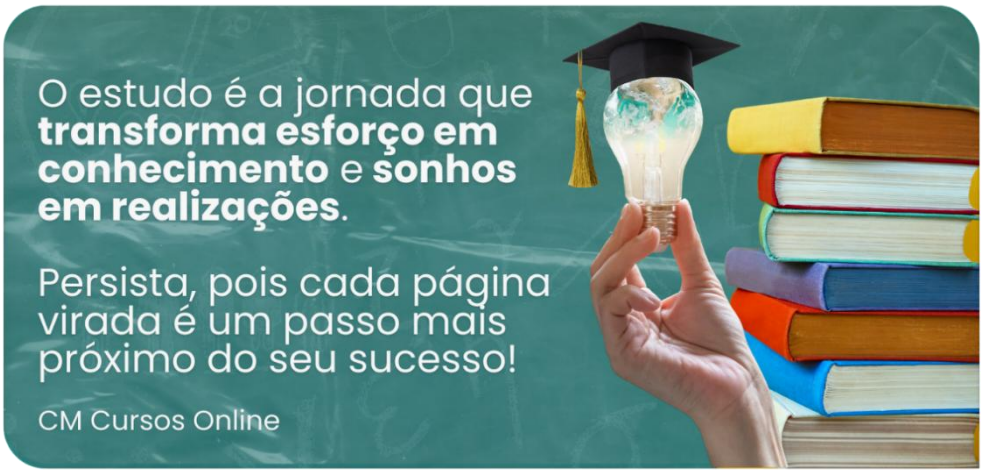
Futuro(a) aprovado no **Procuradoria-Geral da Câmara Municipal do Rio de Janeiro:** saiba que, em análise estatística de nossa equipe de professores, verificamos que nas últimas provas da banca e do concurso mais de **95%** das questões de direito são baseadas na letra da Lei. Por isso, um material direto ao ponto para se revisar, onde aborda a legislação em si, algo que irá facilitar e muitoooo o seu estudo!

Não perca essa oportunidade de ter acesso a esse material completo!

Faça sua parte nos estudos e estude de forma estratégica para esse certame, pois isso aumentará muito as suas chances de ser aprovado.

Clique aqui para ter acesso ao material completo

Clique aqui para conhecer o material completo



Bora para cima!